

**Câmara Municipal  
de  
Ponte da Barca**

**Divisão de Administração Geral e Finanças**

**Reunião Nº 12/2016**

**Assunto:**

REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO DIA 06 de junho de 2016



CÂMARA MUNICIPAL  
DE  
PONTE DA BARCA

<u>SUMÁRIO:</u>	Fl.
01- Abertura .....	1
02- Antes da ordem do dia .....	2-3
03- Balancetes .....	3
04- Pagamentos .....	3
05- Decisões do Presidente .....	-
06- Obras públicas.....	4
07- Fornecimentos diversos .....	-
08- Obras particulares.....	4-5
09- Pessoal .....	5-6
10- Requerimentos diversos .....	6-8
11- Expediente diverso .....	-
12- Deliberações diversas .....	8-14
13- Outros assuntos .....	-
14- Encerramento .....	14



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**

**DE**

**PONTE DA BARCA**

**ATA Nº 01/2016**

**Data da Reunião:** Seis de junho de dois mil e dezasseis

**Local da Reunião:** Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho

**Presidiu:** ANTÓNIO VASSALO ABREU

**Presenças**

**Presidente:**

António Vassalo Abreu

**Vereadores:**

José Alberto Sequeiros de Castro Pontes

Armindo José Sousa da Silva

Sílvia Manuela Carneiro Amorim Torres

Augusto Manuel dos Reis Marinho

Ricardo Jorge Freitas Gomes Armada

Olinda Pereira de Oliveira Barbosa

**Início da Reunião:** Dez horas

**Encerramento:** Treze horas

**Secretariou a reunião:** Maria Armada da Silva Ribeiro Costa

**Ordem cronológica por que foram tratados os assuntos:**

**Prestou Colaboração Técnica:**

**OBS:**

----- A ata foi aprovada em minuta. -----



**PONTO Nº: 2 ANTES DA ORDEM DO DIA****I – INTERVENÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO VASSALO ABREU E DOS SENHORES VEREADORES**

O senhor Presidente da Câmara, Vassalo Abreu, procedeu à abertura da reunião começando por saudar os presentes. Deu conta da sua deslocação a Madrid, em representação da Adere PG que foi premiada com o Prémio da União Europeia para o Património Cultural/Prémios Europa Nostra 2016 com o projeto "Desenvolvimento Sustentável do Planalto da Mourela no Parque Nacional da Peneda-Gerês", na categoria Educação, Formação e Sensibilização, e da deslocação a Cénon para representar o município na feira que anualmente se realiza naquela localidade francesa. Informou que na passada sexta-feira, Ponte da Barca entregou os testemunhos do projeto eco-escolas ao município de Arcos de Valdevez e que nos últimos quinze dias, o município esteve representado em diversas reuniões. Por último informou que no dia 14, o Secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes, vai estar em Ponte da Barca.

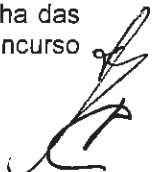
O senhor Vereador, Armindo Silva, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre os trâmites que vão ser adotados para que a antiga pousada do Lindoso, doada pela EDP ao Município, possa vir a ser colocado em hasta pública, se estão definidas as condições, bem como se existe protocolo com a Junta daquela freguesia, no sentido de poder vir a ser beneficiada com aquele venda.

A senhora Vereadora, Olinda Barbosa, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Sugeriu que seja indagado junto do Ministério da Agricultura, da existência de fundos comunitários com o intuito de ser dada formação aos agricultores do concelho para utilização de produtos fitofarmacêuticos. Solicitou informação de quem procedeu ao levantamento do paralelo na Rua da Fonte Velha, uma vez que com a chuva, e consequente arrastamento de terras, provocaram estragos a particulares. O senhor Vereador, José Alberto Pontes, prestou os esclarecimentos devidos. Continuando a sua intervenção, a senhora Vereadora, questionou quem está a realizar a obra de Beneficiação do Loteamento de Fonte Cova, na Rua do Alto de Fonte Cova, em Paço Vedro de Magalhães, alertou para um pequeno desnível nas escadas que estão a ser construídas no acesso à Rua Condes da Folgosa, bem como da existência de um buraco no pavimento da estrada no lugar de Barreira, na freguesia de Oleiros, que julga ter sido aluimento, tendo já provocado estragos em veículos.

O senhor Vereador, Augusto Marinho, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Questionou o senhor Presidente se já houve relatório para apurar eventuais responsabilidades da interrupção dos serviços informáticos da autarquia, ocorrida no passado mês de abril, qual o ponto de situação do Tribunal de Ponte da Barca, se já está resolvida a atribuição do abono para falhas às funcionárias da autarquia, a prestar serviço na Loja do Cidadão, da possibilidade de construção de acessos para pessoas com deficiência motora ou com dificuldades de locomoção nas escadas que estão a ser construídas no acesso à Rua Condes da Folgosa, qual o ponto de situação da empreitada da estrada de Nogueira/Grovelas e se já há desenvolvimento nas transferências para os Municípios.

O senhor Vereador, Ricardo Armada, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Convidou o Executivo a participar na caminhada noturna em Ponte da Barca, a realizar no próximo dia 17 de junho, com ponto de partida às 21h00, na Praça da República, iniciativa de caráter solidário, promovida pela Câmara Municipal, com o objetivo de promover a adoção de estilos de vida mais saudáveis, tendo também um caráter solidário, visto que apela à responsabilidade social de cada um através da entrega de um bem alimentar, que contribuirá para melhorar a qualidade de vida de muitas famílias barquenses carenciadas.

A senhora Vereadora, Sílvia Torres, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Deu conta que a Câmara Municipal assinalou o Dia Mundial da Criança promovendo, nas piscinas municipais, um conjunto de atividades especialmente dirigidas aos mais pequenos com o objetivo de proporcionar um dia diferente às centenas de crianças dos estabelecimentos de ensino de Ponte da Barca, acompanhados por professores e auxiliares, tendo estas ao seu dispor escalada, música, dança, pinturas faciais, entre outras. Informou que Ponte da Barca elegeu na noite do passado sábado, na Casa da Cultura, a sua Rainha das Vindimas. Ariadna da Silva foi a jovem vencedora e representará Ponte da Barca na final do Concurso



Rainha das Vindimas de Portugal, da Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV). Soraia Reis foi eleita Miss Fotogenia, Mariana Araújo conquistou a faixa de 1ª Dama de Honor e Luana Cardoso completou o trono com o título de 2ª Dama de Honor. Perante uma vasta plateia, as 13 candidatas a concurso, vindas das várias freguesias do concelho, desfilaram, com coragem e determinação, numa gala que contou ainda com momentos musicais com Teófilo e Áurea e grupo 'Um e Sessenta, e performances teatrais pelo Movimento Incriativo. Ariadna da Silva vai representar Ponte da Barca na eleição da Rainha das Vindimas de Portugal, que se realiza, no próximo dia 10 de setembro, em Lagoa, Algarve. A senhora Vereadora deu a conhecer os vários eventos a realizar no âmbito da agenda cultural do mês de junho, destacando o espetáculo da Escola de Ballet da Câmara Municipal, a realizar no próximo dia 11 de junho. Informou, ainda, que o Dia Nacional do Folclore Português vai ser comemorado, no próximo domingo, dia 12 de junho, com Missa Campal, na Zona do Choupal, com a participação dos Ranchos Folclóricos do concelho.

O senhor Vereador, José Alberto Pontes, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Informou da sua deslocação a Balancour – França, acompanhado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos senhores Presidentes de Junta da Freguesia de Vade S. Tomé e União de Freguesias de Touvedo (S. Lourenço e Salvador), bem como da sua participação na reunião da Assembleia Geral da ADRIL, no passado dia 31 de maio.

**- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 19 DE MAIO DE 2016:** - A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4, do citado artigo, deliberou, por maioria, aprovar a ata da reunião, realizada no dia dezanove de maio findo, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da respetiva reunião. Absteve-se o senhor Vereador Independente Augusto Marinho por não ter estado presente naquela reunião. -----

### **PONTO Nº: 3 - BALANCETES**

#### **3.1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA**

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria relativo ao dia 03/06/2016, que apresentava o seguinte saldo:

Dotações Orçamentais.....332.955,99€

Dotações Não Orçamentais.....379.151,32€

### **PONTO Nº: 4 - PAGAMENTOS**

#### **4.1. - PAGAMENTOS RATIFICADOS**

----- Presente, para conhecimento, a relação das ordens de pagamento, numeradas intercaladamente de 1347 a 1506 inclusive, no valor de 571.240,62 €. -----



#### 4.2. - DESPESA

----- Durante o período compreendido entre o dia 17/05/2016 e o dia 31/05/2016, inclusive, o Diário de Despesa teve a seguinte movimentação:

Cabimentado.....	620.770,75 €
Compromissado.....	670.056,55 €
Liquidado.....	754.992,63 €
Pago.....	734.219,33 €
Operações não Orçamentais.....	13.533,75 €

#### PONTO Nº: 6 - OBRAS PÚBLICAS

##### 6.1. - DUQUE & DUQUE – TERRAPLANAGENS, LDA

- Empreitada "Requalificação do Campo de Futebol de Ponte da Barca – Implementação de Relvado Sintético"-
- Receção Definitiva e Libertação de Garantia -

- Presente ofício da empresa "Duque & Duque, Lda", registado sob o nº 4245, em 09/05/2016, a solicitar a receção definitiva da empreitada em assunto, bem como a libertação da Garantia Bancária, emitida pelo Banco Montepio, no valor de 37.702,34 € . -----

- Face ao solicitado, pela Divisão de Administração e Conservação do Território foi emitida a informação que se transcreve: "A obra em epígrafe foi adjudicada por deliberação da Câmara em 28/09/2009. Tendo sido efetuada a vistoria no dia 18/05/2016 pelas 15h, foi elaborado o respetivo auto de receção definitiva o qual deverá ser submetido a aprovação superior. Uma vez aprovado o Auto de Receção Definitiva, estamos em condições de libertar a garantia bancária prestada. O órgão competente para a decisão é a Câmara Municipal". -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, concordar com a informação dos Serviços. Abstiveram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa e o senhor Vereador Independente, Augusto Marinho. -----

#### PONTO Nº: 8 - OBRAS PARTICULARES

##### 8.1. - PROJETO DE COMPLEMENTARES

Ana da Costa Pereira, a requerer aprovação dos projetos de Especialidade da obra de construção de moradia unifamiliar na tipologia T3 e anexo, sito no lugar de Costa Velha, freguesia de Sampriz - processo LE-EDI n.º 24/2015. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 25/05/2016.

##### 8.2. - PROJETO DE ARQUITETURA

Hilário Pereira Gomes, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de construção de anexo agrícola, sito no lugar da Fonte Coberta, freguesia de Lavradas - processo LE-EDI n.º 04/2015. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 02/06/2016.



### 8.3. - ALTERAÇÃO AO LOTE Nº 10 DO LOTEAMENTO DE PADIM

- Presente informação interna nº 2027, do Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico, registado sob o nº 3556, em 20/05/2016, que se transcreve: " No seguimento do despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 17/05/2016 e conforme informações técnicas que se anexam, remete-se a aprovação camarária a alteração ao lote nº10 do loteamento de Padim, sito na extinta Freguesia de Vila Nova de Muía, atual União de Freguesias de Ponte da Barca, V.N. Muía, Paço Vedro Magalhães, requerida por Imovade, lda, com processo camarário LU-ALL 1/2013. A presente alteração refere-se à integração de 150,40m2 de espaço público no logradouro do referido lote, sendo os valores da compensação de 4512,00 euros (150,40\*15+150,40\*15). Estes valores foram aprovados em reunião camarária datada de 26 de abril de 2016. Pelo informado, a alteração ao referido loteamento reúne os requisitos para ser deferida, pelo que se submete à consideração superior o seu envio a reunião da Câmara Municipal para efeitos de aprovação da alteração e do valor da compensação." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, concordar com a informação dos Serviços. Abstiveram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa e o senhor Vereador Independente, Augusto Marinho. -----

### PONTO Nº: 09 – PESSOAL

#### 9.1. - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PONTE DA BARCA

##### - Exposição -

##### - Proposta de Inquérito-

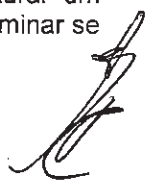
- Presente email do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca, a apresentar exposição relativa a uma Assistente Operacional desta Autarquia, a exercer funções naquele Agrupamento.

- Face ao exposto, pela Divisão de Desenvolvimento Social foi emitida a informação que se transcreve: "Atenta à generalidade e à forma vaga como a situação é descrita no email recebido, e por considerar (na sequência de reunião havida sobre o assunto, no passado dia 16/05/2016, em que estiveram também presentes o Dr. Sérgio Oliveira, o Diretor do Agrupamento de Escolas - Prof. Carlos Louro, e o Coordenador da Escola Básica Diogo Bernardes - Prof. Filipe Rêgo) que a informação transmitida pode indicar a prática de factos com gravidade, cumpre-me informar que, salvo melhor entendimento, e na sequência da auscultação do ilustre consultor jurídico deste Município, deverá ser instaurado um processo de inquérito previsto no artigo 229.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com vista a determinar se os factos servem, ou não, de suspeita que justifique a instauração de processo disciplinar por prática de eventual infração disciplinar. Informa-se ainda que, nos termos do n.º 1, do artigo 208.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, deverá ser nomeado um instrutor, aplicável por força do artigo 195, n.º 3, do citado diploma.

Cumpr-me ainda informar que, em caso de concordância do Sr. Presidente, deverá ser submetida proposta à Câmara Municipal nos termos do n.º 1, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho.

Deverá, igualmente, ser dado conhecimento da informação recebida ao Ministério Público do Tribunal Judicial de Ponte da Barca, para os efeitos tidos por convenientes." -----

- Finda a apreciação do relatado, a Câmara Municipal, em conformidade com o nº 3, do artº 55º, da Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, passou à votação, por escrutínio secreto, da instauração de processo de inquérito, com vista a determinar se os factos servem, ou não, de suspeita que justifique a instauração de processo disciplinar, tendo ficado estabelecido que, quem quisesse votar a favor da proposta de instauração de processo de inquérito, assinalava com uma cruz no "concordo com a proposta" no boletim de voto, quem quisesse votar contra, assinalava com uma cruz no "não concordo com a proposta" no boletim de voto e quem quisesse abster-se nada assinalava no boletim de voto, sendo considerado voto em branco. Corrido o escrutínio secreto, verificou-se que entraram na urna 7 boletins de voto, sendo o resultado da votação, 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções. Em face deste resultado, ficou deliberado instaurar um processo de inquérito, previsto no artigo 229.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com vista a determinar se





os factos servem, ou não, de suspeita que justifique a instauração de processo disciplinar por prática de eventual infração disciplinar, nomeando instrutora a Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças - Dr<sup>a</sup> Aida Pereira. Mais ficou deliberado dar conhecimento da informação recebida ao Ministério Público do Tribunal Judicial de Ponte da Barca.-----

## 9.2. - PROPOSTA DE MOBILIDADE

- Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve:  
"Considerando que a trabalhadora Maria da Ascensão Taveira Couto com a carreira e categoria de Assistente Operacional, se encontra a exercer funções no Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca;  
Considerando que existe posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal de 2016, assim caracterizado na Divisão de Administração e Conservação do Território:

- Carreira/categoria: Assistente Operacional/ Assistente Operacional;
- Atribuições/competências/atividades: inerente à área funcional de cantoneiro de limpeza;
- Perfil de competências: Orientação para o serviço público; Organização e método de trabalho; Adaptação e melhoria contínua; Responsabilidade e compromisso com o serviço.

Considerando que há conveniência para o interesse público, designadamente de economia, de eficácia e de eficiência para os serviços da Câmara Municipal, ao nível da execução de funções de Assistente Operacional, inerente à área funcional de cantoneiro de limpeza na Divisão de Administração e Conservação do Território, para que se opere a mobilidade, pois permite recorrer a trabalhadores da própria autarquia, para colmatar necessidades de recursos humanos, sem com isto aumentar o número de postos de trabalho e ao mesmo tempo rentabilizar os recursos humanos existentes;

Considerando que a trabalhadora Maria da Ascensão Taveira Couto, com a categoria de Assistente Operacional enquadra-se no perfil exigido;

Considerando que foi ouvido o Diretor do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca, Prof. Carlos Alberto Martins de Sousa Louro, nos termos e para cumprimento do artigo 5.º do Decreto Lei n.º 144/2008, de 28 de julho;

No uso da competência que me confere a alínea a), do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o previsto nos artigos 92.º a 97.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, proponho, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, que se opere a mobilidade na categoria para diferente atividade à trabalhadora Maria da Ascensão Taveira Couto, na carreira e categoria de Assistente Operacional, inerente à área funcional de cantoneiro de limpeza, para a Divisão de Administração e Conservação do Território, pelo período de 18 meses.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 02 de junho de 2016

O Presidente da Câmara,

António Vassalo Abreu"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

## PONTO Nº: 10 - REQUERIMENTOS DIVERSOS

### 10.1. - FRANCISCO MIGUEL VAZ LOPES -

- Regularização de atividade pecuária -
- Pedido de certidão de reconhecimento do interesse público Municipal (Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro) -

- Presente requerimento de Francisco Miguel Vaz Lopes, registado sob o nº 3546 em 07/04/2016, a solicitar a emissão de certidão comprovativa do reconhecimento do interesse municipal, relativo a regularização de atividade pecuária. -----

- Sobre o assunto, pelo Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico foi emitida a





informação que se transcreve: "alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras. Este novo regime com carácter extraordinário, veio estabelecer a possibilidade de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título de instalação ou exploração ou de exercício válido designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Nestes casos, o pedido de regularização deve ser instruído junto da entidade licenciadora competente, mediante apresentação de um conjunto de elementos, entre os quais uma "deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal (alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). Com vista a beneficiar deste regime de regularização, Francisco Miguel Vaz Lopes com o NIF 201142058, sede no lugar de Lourido, União de freguesias de Entre Ambos os Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na regularização da sua atividade pecuária, sito no lugar de Lourido - União de freguesias de Entre Ambos os Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca.

Considerando que:

- A agricultura familiar permite dinamizar os espaços rurais através da fixação da população e criação de emprego, contrariando o abandono das terras que se tem vindo a verificar nos últimos anos;
- A diferenciação pela qualidade da carne surge como uma alternativa capaz de estimular as atividades económicas rurais, evitando o abandono das terras marginais, principalmente em zonas de montanha;
- A exploração pecuária do requerente, centra-se na cria e recia de efetivos autóctones (cachena, bravia e garrana) em regime extensivo, permitindo assim assegurar a preservação de um património genético relevante, a qualidade ambiental e a própria paisagem;
- Do fundamentado pelo requerente, podemos constatar que a implementação de um estábulo mais moderno com as condições de sanidade e bem estar animal associadas, permitirão aumentar o efetivo animal e consequentemente o rendimento económico gerado;
- As instalações foram pensadas de forma a minimizar os riscos de saúde pública ao retirar os animais da aldeia, respeitar as normas de bem estar animal e preservar o ambiente através do tratamento dos efluentes;
- Em relação à localização da exploração pecuária, podemos referir que em nada interfere com a segurança de pessoas e bens e os custos diretos com a opção de deslocalização da exploração pecuária para outro local seriam elevados, nomeadamente, na aquisição de outra propriedade, novas instalações e pelos custos acrescidos na alimentação do efetivo pecuário que usualmente utilizam o baldio para satisfação as exigências alimentares dos animais;
- A desativação da estrutura atual terá custos elevados, sobretudo de ordem financeira, nomeadamente no que se refere ao seu desmantelamento;
- Os custos diretos com a deslocalização do estábulo para outro local ou concelho próximo, está avaliado numa estimativa orçamental para a construção de raiz de outra exploração pecuária nos 30 a 40 mil euros, não possuindo esses recursos financeiros para iniciar de novo toda uma atividade já existente;
- A referida deslocalização teria repercussões na própria empresa, que poderia, de acordo com o interessado, levar ao seu encerramento;
- As empresas existentes no concelho são um motor de desenvolvimento económico, contribuem para a criação de uma imagem dinâmica do mesmo e, ao assegurar ou criar emprego, potenciam a fixação da população no território do Município, sendo disso exemplo a exploração pecuária que o interessado pretende regularizar.

Por todo o circunstancialismo descrito, propomos que seja submetido à apreciação da câmara municipal o reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária do empresário Francisco Miguel Vaz Lopes com o NIF 201142058 e sede no lugar de Lourido, União de freguesias de Entre Ambos os Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca para posterior remessa à Assembleia



Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º2 do artigo 25º da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro. A certidão a emitir constitui elemento introdutório necessário nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 1º do decreto lei 165/2014, de 5 de novembro.” -----

----- A Câmara Municipal, tendo por fundamento a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Francisco Miguel Vaz Lopes, com sede no lugar de Lourido, União de freguesias de Entre Ambos os Rios, Ermida e Germil, concelho de Ponte da Barca, bem como submeter o assunto à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

## **PONTO N.º: 12 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**

### **12.1. - ASSOCIAÇÃO CONCELHIA DAS FESTAS DE S. BARTOLOMEU**

**- Festas do Concelho e Festival Folk Celta 2016 -**

**- Proposta -**

**- Aprovação de Minuta de Protocolo -**

- Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve:  
“Considerando que o Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer;

Considerando que o interesse público que à Autarquia compete pode ser concretizado quer através de investimentos próprios quer apoiando ou comparticipando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro dos limites territoriais do Município.

Considerando o papel fundamental que o Associativismo Cultural e Recreativo desempenha no fortalecimento da sociedade, no envolvimento da população na vida do concelho, na preservação da matriz cultural deste território e da comunidade;

Considerando o papel relevante que os eventos Romaria de S. Bartolomeu e Festival Folk Celta têm respetivamente na preservação etnográfica e cultural e na difusão da música e cultura popular contribuindo para a difusão da imagem de Ponte da Barca;

Considerando que a Associação abaixo indicada preenche os seguintes requisitos:

- Possuir sede no Concelho de Ponte da Barca ou nele desenvolver atividade relevante;

- Entrega do Plano de Atividades ou Orçamento anual;

- Apresentação do relatório de contas do ano transato;

- Possuir situação dos órgãos sociais regularizada de acordo com os seus estatutos.

Proponho, a celebração de um protocolo de colaboração com a seguinte Entidade, no montante indicado;

- Associação Concelhia das Festas de S. Bartolomeu- € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros);

Que deverá ser repartido da seguinte forma pelos eventos:

- Romaria de S. Bartolomeu - € 115.000,00(cento e quinze mil euros);

- Festival Folk Celta - € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros).

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 02 de junho de 2016.

O Presidente da Câmara Municipal,

António Vassalo Abreu”

## **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a persecução dos interesses próprios comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer.

Os interesses públicos que à Autarquia competem podem ser concretizados, quer através de investimentos próprios, quer apoiando ou comparticipando instituições privadas que desenvolvam a sua atividade dentro



dos limites territoriais do Município.

A Associação Concelhia das Festas de S. Bartolomeu, pessoa coletiva, tem como atribuições, o desenvolvimento de atividades de índole cultural nas suas mais diversas vertentes.

Assim:

Nos termos do disposto no alínea o), do nº1 do artº 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre: O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva n.º 505676770, representado por António Vassalo Abreu – Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

e

A Associação Concelhia das Festas de S. Bartolomeu, pessoa coletiva n.º 505682001 devidamente representada pelo seu Presidente e de acordo com a autorização conferida por deliberação da Direção da referida Associação;

é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1ª.**

Pelo presente Protocolo, o Município de Ponte da Barca e a Associação Concelhia das Festas de S. Bartolomeu acordam na transferência para a referida Associação de meios financeiros para apoio à prossecução dos seguintes eventos: Romaria de S. Bartolomeu 2016 e Festival Folk Celta 2016.

#### **Cláusula 2ª.**

1. A Associação Concelhia das Festas de S. Bartolomeu responsabiliza-se pela utilização correta dos meios financeiros a transferir, de acordo com o seu plano de atividades e estatutos.
2. O Município disponibiliza a logística necessária e apoio na divulgação do evento.

#### **Cláusula 3ª.**

Para a prossecução do previsto na Cláusula 1ª é atribuída à Associação Concelhia das Festas de S. Bartolomeu, a verba de 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros). A verba transferida deverá ser repartida nos montantes a seguir indicados: Romaria de S. Bartolomeu 2016 – 115.000,00€ (cento e quinze mil euros), Festival Folk Celta/2016 - 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros).

A referida verba está assegurada através do compromisso n.º \_\_\_\_\_. Será transferida do orçamento municipal, em função do plano de pagamentos, 40.000,00€ euros após celebração do protocolo e cinco tranches posteriores no valor de 22.000,00 €.

#### **Cláusula 4ª.**

O Município de Ponte da Barca reserva-se ainda o direito de acompanhar a aplicação financeira dos recursos transferidos pelo presente protocolo, em colaboração com o Segundo Outorgante. O não cumprimento do protocolado terá como sanção a suspensão da transferência de meios financeiros aqui acordada.

#### **Cláusula 5ª.**

1. O Segundo outorgante obriga-se a publicitar o presente protocolo, entre outras formas, através dos meios próprios da instituição, constando o valor previsto no presente protocolo.
2. A Associação, através dos seus órgãos, obriga-se a recorrer à contratação pública, nos termos da legislação em vigor, desde que aplicável.

Ponte da Barca, .....de .....de .....



Pelo Município de Ponte da Barca  
O Presidente da Câmara Municipal  
António Vassalo Abreu

Pela Associação Concelhia das Festas de S. Bartolomeu  
O Presidente da Direção  
Adolfo Dantas Ferreira"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, bem como a minuta do protocolo a celebrar. Os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa, ditaram para a ata a seguinte Declaração de Voto: "Votamos favoravelmente com o pressuposto de serem cumpridas e respeitadas todas as normas legais. O senhor Vereador Independente, Augusto Marinho, ditou para a ata a seguinte Declaração de Voto: "No que concerne ao Festival Folk Celta, torna-se importante fazer avaliação das iniciativas."-----

## 12.2. - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

### - Parecer Prévio -

- No seguimento da informação interna nº 1469, do Gabinete de Sistemas de Informação, registada sob o nº 2723, em 06/04/2016, pela Unidade de Finanças e Gestão Patrimonial foi emitido o parecer prévio que se transcreve: "Nos termos do art. 35.º, nºs. 1 e 5 da Lei nº. 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento de Estado para 2016, doravante LOE 2016), a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº. 35/2014, de 20 de junho (doravante designada por LGTFP), e pelo Decreto-Lei nº. 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº. 66/2013, de 27 de agosto, (doravante designada por LVCR), no ano de 2015, independentemente da natureza da contraparte, está sujeita a parecer prévio vinculativo favorável, a emitir pelo órgão executivo da autarquia, ou seja, pela Câmara Municipal, sendo que a administração autárquica está abrangida pelo âmbito de aplicação da LGTFP. – cfr. artigo 1º, nº. 2 do anexo à mesma.

Dispõe o nº. 10 do mesmo artigo 35º que "Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 5 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.os 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de Novembro".

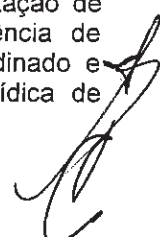
Nos termos do nº. 2 deste mesmo artigo 3º, a emissão de parecer favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos: a) se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; b) existência de cabimento orçamental; c) inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável; d) demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista nos n.os 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 35.º da Lei n.º 7 -A/2016, de 30 de março.

Há, assim, que verificar se se encontram cumpridos, no caso concreto, os requisitos referidos nas quatro alíneas deste nº. 6 do artigo 35º. Assim:

1. – requisito da alínea a) - se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público:

Exige esta disposição legal que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A presente prestação de serviços identificada em título, constitui um típico contrato de prestação de serviços, visto que o prestador de serviços goza, para além de autonomia técnica, ausência de subordinação jurídica, por estas razões, sendo evidente que não se trata de trabalho subordinado e revelando-se manifestamente inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de





emprego público, verifica-se, indubitavelmente, este requisito da al. a).

2. – requisito da alínea b) - existência de cabimento orçamental:

Não oferece dúvida a verificação deste requisito, face à informação prestada pela Contabilidade no sentido de que a despesa a realizar no ano de 2016 se encontra cabimentada, a qual se anexa.

3. – requisito da alínea c) - inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável:

Relativamente à identificação da contraparte, somos a informar, que o mesmo decorreu cumprindo as disposições legais a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, com convite para apresentação de proposta, dirigidos a uma empresa, sendo a mesma a seguinte:

- Kkillmind – Consultadoria e Sistemas de Informação, S. A.

Decorrido o prazo para que a entidade convidada procedesse à apresentação da respetiva proposta, via plataforma (vortalgov), verificou-se que, a empresa acima referida apresentou a mesma cumprindo o prazo estipulado para o efeito.

No caso concreto, e verificando-se que a contraparte, foi perfeitamente determinável, não se verifica nenhum impedimento à celebração do contrato, sendo que, de resto, e como se referiu supra, o mesmo será celebrado com a contraparte, acima identificada, cumprindo os requisitos da legislação em vigor.

Durante a vigência do contrato, o prestador de serviços, terá de executar as seguintes tarefas:

a) Disponibilizar ao Município de Ponte da Barca, a plataforma eletrónica de contratação pública, e;

b) Dar apoio aos técnicos da autarquia em eventuais dificuldades no lançamento e gestão dos procedimentos inseridos na plataforma eletrónica de contratação pública "Vortalgov"

4. – requisito da alínea d) - demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, alterada pela Lei 159-A/2015 de 30 de setembro, e nos n.os 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro:

Conforme se disse supra, o preceito refere-se à obrigatoriedade de redução das remunerações, nos termos do artigo 2º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, alterada pela Lei 159-A/2015 de 30 de setembro, é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que em 2016 venham a celebrar-se ou a renovar com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015. Desta forma, foi verificada a existência de um contrato celebrado em 2015 com o mesmo objeto, assim, deveremos atender ao disposto no art. 35º, n.ºs. 1, da Lei nº 7-A/2016, bem como à Lei nº 75/2014 de 12 de setembro, alterada pela Lei nº 159-A/2015 de 30 de dezembro, resultando da remuneração, que no presente caso é de 19.920,00 € (para o contrato com duração de 3 anos) sofrendo a seguinte redução:

De acordo com a proposta apresentada, o valor da mesma (19.920,00 euros), será faturada e paga anualmente, logo:

$19.920,00 \text{ €} / 3(\text{anos}) = 6.640 \text{ €} / \text{ano}$

Nos termos da alínea b) do art. 2º da Lei 159-A/2015 de 30 de dezembro, a redução remuneratória com a reversão aplicada à mesma, será então:

Ano de 2016 ( assinatura do contrato durante o mês de junho) - reversão de 60 %):

$6.640,00 \text{ €} - 10 \% (\% \text{ a redução remuneratória}) = 664,00 \text{ €}$

Com a reversão aplicada:

$664,00 \text{ €} - 60 \% = 398,40 \text{ €}$

$664,00 \text{ €} - 398,40 \text{ €} = 265,60 \text{ €}$

Logo:

$6.640,00 \text{ €} - 265,60 \text{ €} = 6.374,40 \text{ euros}$

Ano de 2017 e 2018:

Eliminação completa da redução remuneratória a partir de 1 de outubro de 2016, Lei nº 159-A/2015 de 30 de setembro.

Atendendo ao acima exposto, o valor do contrato, com a redução aplicada, deverá ser, assim de € 19.654,40 € (6.374,40 € (corresponde a 1º ano) + 6.640,00 € (corresponde ao 2º ano) + 6.640,00 € (corresponde ao 3º ano).

Em face do exposto, e porque se verificam todos os requisitos de que depende o parecer prévio da Câmara Municipal nos termos das disposições legais aplicáveis, propõe-se que a Câmara Municipal emita parecer favorável à celebração do contrato, pelo período de três anos, para a prestação de serviços identificado em título com a empresa Kkillmind – Consultadoria e Sistemas de Informação, S. A., pelo valor total de 19.654,40 €.”

— A Câmara Municipal deliberou, por maioria, emitir parecer favorável à celebração do contrato, pelo período de três anos, para a prestação de serviços identificados em assunto, com a empresa Kkillmind – Consultadoria e Sistemas de Informação, S. A., pelo valor total de 19.654,40 €. Absteram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa.

### 12.3. – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO DE 2016/2017

- Presente informação interna nº 2141, da Divisão de Desenvolvimento Social, registada sob o nº 3778, em 27/05/2016, que se transcreve: “Após aprovação em Conselho Municipal de Educação, em 20 de maio de 2016, e para cumprimento do estabelecido no artigo 6º, do Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, anexo o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2016-2017, bem como a respetiva proposta a fim de ser submetido a reunião do executivo do próximo dia 6 de junho de 2016.

#### PLANO DOS TRANSPORTES ESCOLARES

##### ANO LETIVO 2016-2017

Aprovado, por unanimidade, em reunião de Conselho Municipal de Educação, realizada no dia 20 de maio de 2016, e de harmonia com o estabelecido no artº 6º do Decreto-lei nº 299/84, de 5 de Setembro, e aproveitando a rede de transportes coletivos, foi estabelecido o respetivo plano de transportes escolares para o ano letivo de 2016-2017, com quarenta e um circuitos classificados e numerados da seguinte forma:

##### Circuitos Normais – Carreiras Públicas

- Nº 1 - Santiago- Seixas - S. João - Paradela e Barral
- Nº 2 - Lourido – S. Miguel e Salvador
- Nº 3 – Lindoso – Parada - Cidadelhe – Paradamonte – Britelo – Touvedo e Muia
- Nº 4 - Azias- Ventuzelo- Granja e Sampriz
- Nº5 – Porto Bom- Boivães- Grovelas- Ruivos- Crasto e Nogueira
- Nº 6 – Lavradas – Bravães e Oleiros (Fundo)
- Nº 7 – Ginzo- Fonte Coberta- S. Mamede – Painçães – Simões – Codeceira – Bruzende e Agrela
- Nº 8 – Couto- Souto - Cima de Vila - Mosteiro e Requeixe
- Nº 9 – Auditor – Cuide Vila Verde – Vade S. Tomé
- Nº 10 – Ginzo - Vilar - Simões - Landim - Bruzende - Cova de Lobo - Sobrado - Barreiro - Pinheiro

##### Circuitos Especiais em Veículos Ligeiros, Furgões e Autocarros

- Nº X – Portuzelo, Paradela, Seixas a S. João
- Nº XI – Ermida à Escola Sede do Concelho
- Nº XII – Ermida ao Centro Escolar de Entre Ambos-os-Rios
- Nº XIII – Germil, Sobredo, Lourido e Tamente a S. Miguel
- Nº XIV – Germil, todos os lugares, para o Centro Escolar de Entre Ambos-os-Rios
- Nº XV – Danaia à Escola Sede do Concelho
- Nº XVI – Boivivo à Escola Sede do Concelho
- Nº XVII – Mosteirô a Paradamonte





Nº XVIII – Paço, Mourelo, Travesso (Azias) e Sampriz a Ponte da Barca  
Nº XIX – S. Pedro (todos os lugares) ao Centro Escolar de Crasto  
Nº XX – S. Tomé (todos os lugares) ao Centro Escolar de Crasto  
Nº XXI – Lindoso (todos os lugares) ao Centro escolar de Entre Ambos-os-Rios  
Nº XXII – Vila Chã Santiago (todos os lugares) ao Centro Escolar de Entre Ambos-os-Rios  
Nº XXIII – Vila Nova de Muía (todos os lugares) à Escola Sede do Concelho  
Nº XXIV – Cuide Vila Verde (todos os lugares) ao Centro Escolar de Crasto  
Nº XXV – Oleiros (todos os lugares) à Escola Sede do Concelho  
Nº XXVI – Lavradas (todos os lugares) à Escola Sede do Concelho  
Nº XXVII – Sampriz (todos os lugares) à Escola Sede do Concelho  
Nº XXVIII – Asias (todos os lugares) ao Centro Escolar de Entre Ambos-os-Rios  
Nº XXIX – S. Martinho de Crasto (todos os lugares) ao Centro Escolar de Crasto  
Nº XXX – Bravães (todos os lugares) à Escola Sede do Concelho  
Nº XXXI – Boivães (todos os lugares) ao Centro Escolar de Crasto  
Nº XXXII – Britelo (todos os lugares) ao Centro Escolar de Entre Ambos-os-Rios  
Nº XXXIII – S. Miguel (todos os lugares) ao Centro Escolar de Entre Ambos-os-Rios  
Nº XXXIV – Grovelas (todos os lugares) ao Centro Escolar de Crasto  
Nº XXXV – Nogueira (todos os lugares) ao Centro Escolar de Crasto  
Nº XXXVI – Ruivos (todos os lugares) ao Centro Escolar de Crasto  
Nº XXXVII – Touvedo S. Lourenço (todos os lugares) ao Centro Escolar de Entre Ambos-os-Rios  
Nº XXXVIII - Touvedo Salvador (todos os lugares) ao Centro Escolar de Entre Ambos-os-Rios  
Nº XXXIX – Vila Chã S. João (todos os lugares) ao Centro Escolar de Entre Ambos-os-Rios  
Nº XL – Paço Vedro de Magalhães (todos os lugares) à Escola Sede do Concelho

Este serviço promove o transporte diário de 601 alunos do Ensino Básico e de 242 alunos do Ensino Secundário, sendo 454 alunos até 12 anos e 389 alunos com mais de doze anos, bem como o transporte de 6 utentes da APPACDM.

Ponte da Barca, 20 de maio de 2016

O Presidente da Câmara,

António Vassalo Abreu”

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Transportes Escolares para Ano Letivo 2016/2017. -----

#### 12.4 – REDE LOCAL DE INTERVENÇÃO SOCIAL

##### - Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social -

- Presente ofício do Instituto da Segurança Social, registado sob o nº 2974, em 21/03/2016, a convidar este Município a aderir à Rede Local de Intervenção Social (RLIS). -----

- Sobre o assunto, pela Divisão de Desenvolvimento Social foi emitida a informação que se transcreve: “Cumpr-me informar, de acordo com o solicitado, que no âmbito da adesão da autarquia Barquense à RLIS poderá vir a ser disponibilizado tempo dos técnicos que compõem o Serviço de Saúde, Ação Social e Juventude para a realização de atendimentos conjuntos com a equipa da RLIS bem como acompanhamento de situações de carência social devidamente comprovadas.

Ainda, a equipa técnica do serviço poderá integrar grupos de atividades que venham a ser criados pela RLIS, como forma de apoio multidisciplinar, bem como priorizar utentes da RLIS em grupos que a autarquia venha a criar ou organizar no âmbito das suas funções.

Poderá ser disponibilizada a articulação estreita com o Gabinete de Inserção Profissional da autarquia no que a ofertas de emprego, apoio à criação de emprego, auto emprego e programas ocupacionais diz respeito.



A autarquia poderá disponibilizar, também, informação/formação no âmbito de ações de promoção da saúde bem como rececionar e avaliar o encaminhamento de utentes pela RLIS para a Loja Social.

Poderá, pontualmente e com a devida articulação, disponibilizar equipamentos da autarquia (culturais, desportivos, etc) para atividades que resultem do planeamento conjunto no âmbito desta parceria.

Ao nível de recursos humanos a autarquia poderá disponibilizar um técnico que represente a autarquia na RLIS e que deverá assumir o papel de interlocutor e facilitador com os vários serviços e projetos. Este representante deverá ser designado na Ficha de Adesão anexa." -----

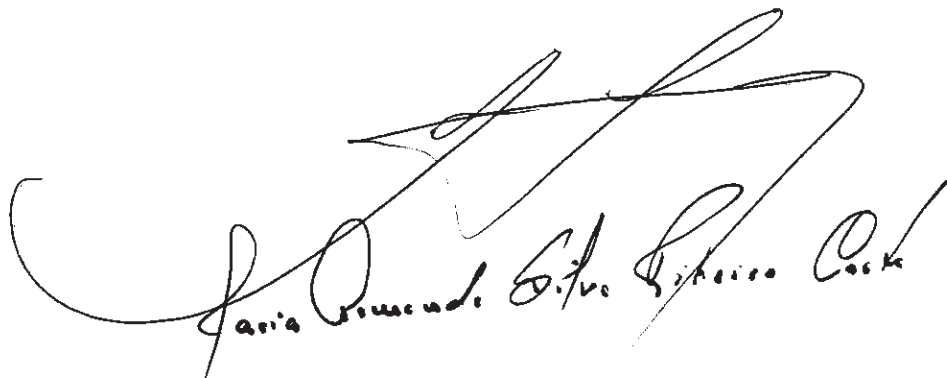
----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos Serviços, nomeando interlocutora a técnica desta Autarquia – Drª Cristina Fonseca. -----

#### 12.5. - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

----- Por último, a Câmara Municipal usando a faculdade que lhe confere o nº 3, do artº 57º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, sendo assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da presente reunião. -

#### PONTO Nº: 14 - ENCERRAMENTO

- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas treze horas, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----



Maria Almeida Silva